

# A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DE HISTÓRIA.

*Edilson Magalhães Machado Júnior\**

*E-mail: [ediljune@yahoo.com.br](mailto:ediljune@yahoo.com.br)*

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo do livro didático de história da coleção história, sociedade e cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior, sendo esta coleção adotada pelo governo do estado do Piauí nas escolas públicas estaduais. Foi analisado um livro do ensino fundamental e nesta pesquisa foi observado as imagens e figuras contidas no mesmo e que representam o negro ou o afro-descendente colocados como subalternos ou marginais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negro; Imagem; Preconceito; África; Afro-descendente; Livro Didático; Educação.

## ABSTRACT

This paper presents a study of the history textbook collection of history, society and citizenship of the author Alfred Boulos, Jr., this collection was adopted by the state government of Piauí state public school. It was considered a book of elementary school and was observed in this study the images and pictures contained in it and who represent the black or African descent placed as subordinate or marginal.

**KEYWORDS:** Black; Image; Prejudice, Africa, Afro-descendant; Textbooks, Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa foi avaliado um livro didático de história da coleção história, sociedade e cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior, sendo esta coleção adotada pelo governo do estado do Piauí nas escolas públicas estaduais. Foi analisado um livro do ensino fundamental e neste foram encontrados 230 imagens no total, sendo 17,4% de imagens que representam o negro ou o afro-descendente e onde 75% destas imagens que apresenta o negro ou o afro-descendente são colocados como subalternos ou marginais. Como Deve sentir-se um aluno, que ao abrir o seu livro didático não se vê ali representado?

Ou é marginalizado na história do seu próprio país, e que nada construiu, a não ser pelo seu trabalho braçal? Durante muitos anos, a nossa educação foi pautada numa estrutura que não contemplava todo brasileiro, pois grande parte da população enxergava-se no modo contrário do que queria ser visto. Negro ou afro-brasileiro tinha a

---

\* cursando o 7º período de História na Faculdade Internacional do Delta – FID, Parnaíba, Piauí, Brasil.

sua parcela como um ser escravizado que exercia o trabalho fatigante, e perdia a forma de suas contribuições para a formação do nosso estado brasileiro em todos os aspectos. Essas idéias foram construídas através da visão étnicas do povo branco que “construiu mentalmente” o nosso país, fortalecendo a marginalização do negro na estrutura social que a prevalece sobre o Brasil e o mundo. Historicamente essa visão foi idealizada pela elite brasileira. Sendo assim esta minoria dominante procurou mecanismo para controlar o acesso dessa maioria aos bancos escolares. Segundo Ana Rita Santiago, em seu artigo Lei 10.639/03: Por uma educação anti-racista e anti discriminatória: “O Brasil - colônia, império e república tiveram historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. [...] O decreto nº. 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares”. Ao longo dos anos, essa postura do estado culminou numa sociedade desigual, pois a igualdade social não era o tema mais importante para o poder público.

Que tentava garantir que a “primeira abolição” não fosse satisfatória, fazendo com que o negro saísse da senzala e foi direto para a favela e ou para cela. Dessa forma os negros já não mais escravizados continuariam exercendo serviços parecidos com os do século passado, continuando em sua maioria excluída dos ambientes acadêmicos. No início desta década os movimentos da sociedade civil organizada, continuaram lutando para garantir o acesso de estudantes negros (as) e afro-descendentes nas universidades. Tentando romper com essa barreira discriminatória e ciclo vicioso criado pelo estado, de manter este povo a margem da sociedade tendo a perspectiva de uma acessão social. Hoje depois de muitos debates, a política de cotas reparasse danos quase que irreparáveis. A formação desses novos pensadores irá caracterizar a democratização do ensino e a imagem dessa camada nos livros didáticos, já que é na universidade que deve ser pensada e formada a estrutura da sociedade. Porém na sala de aula e nos livros didáticos à representação rotulada continua sendo reproduzida, perdendo a noção de como estas práticas são ruins para alunos. Desde o início da gestão deste governo que se comprometeu com os movimentos sociais, a lutar incessantemente pelo fim desta visão e práticas, foi aprovado mecanismos para coibir estas ações, pois no dia 09 de janeiro de 2003 foi aprovada e promulgada a lei Nº.

10.639/03, que garante o ensino da história da África, dos africanos no Brasil, e dos afros brasileiros em sala de aula.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Poderia dizer-se então para nossos alunos que essa compreensão já havia sido feita com aprovação e que eles agora passariam a ser compreendidos dentro da história. Entretanto como quase todas as leis no Brasil, ela foi aprovada e promulgada, apesar do estado não dá mecanismo para esta lei serem executada, pois não foi dirigido a nenhum instrumento do estado para que a mesma fosse executada. Também não foi instituído quem capacitaria os professores, já que pouquíssimas instituições de ensino superior no país oferecem ensino de matérias africanas e dentre as que ensinam em sua maioria as matérias são optativas. A preocupação maior desta capacitação acontece, pois, a visão que a maioria dos livros fazem da África é a retratação de um país e não de um continente, excluindo a história dos seus reinos e impérios. Outra variante ainda é o assunto do negro brasileiro, que é estereotipado construído pelas estruturas de poder a partir da idéia da: Escravidão, Abolição da Escravatura, e da representação em figuras com o perfil branco sendo negro, o tão conhecido “mulato” brasileiro, é por não ver o igual a ele que boa parte dos alunos desvirtuasse do objetivo acadêmico.

Os avanços feitos pelo governo, não foram de tão ampla magnitude como nós precisamos, pois todos estes materiais que chegam aos nossos jovens precisam ser revisto e relaborado para que realmente possamos ter o reconhecimento como protagonista da nossa própria história. Para que a sociedade brasileira não veja o negro como o beneficiado de ações filantrópicas, e que o dito futuro da nação comece realmente ver dentro de suas salas de aula a participação na formação do país. Estas medidas irão fazer com o povo passe a ver, o dia 20 de novembro e o dia 13 maio com outro olhar. Dias diferentes, porém ambos com lutas do povo negro, que tem o total direito de entrar para a história do jeito que merece ser vistos. Percebendo é claro, que maiores avanços deverão ser feito para reparar todos estes danos causados por minoria que durante muito tempo tentou afastar essa imensa parcela da população do mérito quanto povo brasileiro, formador de opinião e tão brasileiro quanto qualquer outro.

Muitas contribuições a imagens nos livros didáticos possam oferecer, mas sendo estas de forma discriminatória e de exclusão, transmitem ou confirmam apenas o preconceito racial e de raça inferior, onde o negro em algumas situações não é visto nem como uma criatura humana, mas sim um bicho selvagem. Não podemos deixar de compreender que o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura, e também podemos relatar a imparcialidade de quem escreve e realiza um determinado estudo, pois vem cheios de tendências e preconceitos, conseguem e transpassam através dos conteúdos e imagens estes sentimentos e opiniões, algumas vezes somente reproduzindo aquilo que já foi cristalizado por outros.

Dentre os pesquisadores que mais têm se preocupado com as ilustrações em livros didáticos de história destacam-se os franceses. Algumas de suas pesquisas abordam dois aspectos que nos parecem relevantes. Existem trabalhos que recuperam, a partir dos manuais escolares do século XIX e início do século XX, o acervo iconográfico que se constitui no período e o papel que desempenhou na configuração de uma memória histórica incorporada por amplos setores escolares, na medida em que a escolarização atingia a maior parte da população.

Neste livro do Boulos ele utiliza imagens que reproduzem ideologias e preconceitos já perpetuados há muito tempo, sendo utilizadas imagens de negros apanhando, sendo humilhados, trabalhando para seus senhores, sendo alimentado como bichos e sofrendo toda humilhação psicológica. Dá-se continuidade a idéia que o negro é apenas um objeto, onde sua cultura e costumes serão respeitados por motivos étnicos e raciais, sendo observado que esses indivíduos possuem uma identidade própria. Quando se rompe com uma perspectiva essencializada das relações entre identidade e cultura, decorre em qualquer abordagem sobre as ambigüidades da identidade negra no Brasil se torna indissociável do entendimento da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo atlântico. Esta temática envolve não somente a exposição de conteúdos, imagens e debates sobre os negros e os afros descendentes, mas a utilização destes como forma de valorização das culturas africanas e afros descendentes por nossos alunos e em seqüência, por nossa sociedade.

A utilização da história e cultura afro-brasileira e africana no país é bem recente, pois barreiras foram derrubadas e questões sobre os negros começaram ser visto de forma diferenciada. A obrigatoriedade de inclusão de história e cultura afro-brasileira

e africana nos currículos da educação básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores, esta afirmação esta contida nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Podemos perceber que aos poucos as mudanças, por menores que sejam, estão ocorrendo através de leis, de pesquisas e de mentalidade, sendo esta última de grande valia, pois os preconceitos e ideologias estavam impregnados em mentalidades cristalizadas e empobrecidas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que muitos autores de livros de história estão possuindo um olhar mais crítico e reflexivo em relação as temática do negro em âmbito social, étnico, racial, religioso e material, não somente por que foi criado leis e diretrizes, mas todos hoje se sentem participante desta miscigenação racial que é encontrada no nosso Brasil. Por se inserir neste contexto, os autores estão se capacitando e remodelando para se adequar e adentrar nesta nova mentalidade que não é pela cor ou simplesmente por traços físicos que poderemos discriminar ou excluir um indivíduo, sabendo que fazemos parte deste fenótipo, temos geneticamente provado os genes do negro em nós, e por fim muitas conquistas estão sendo alcançadas, mas temos a consciência que ainda falta muito, mas cremos que estamos nos conhecendo melhor.

### REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras". In: T.Lask (org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: contra Capa, 2000.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandez. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. "Tese de doutorado". São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade e cidadania**. 1.ed. são Paulo: FTD, 2006.-(Coleção História: Sociedade e cidadania)

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: DF/ junho/2005.